

1 Contexto operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras trimestrais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais incluem:

- As informações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações financeiras individuais. Assim sendo, as informações financeiras consolidadas da Companhia e as informações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações financeiras.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota 17 – plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados; e
- Nota 18 – impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(iv) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

<u>Controladas</u>	<u>Denominação</u>	<u>Moeda Funcional</u>	<u>País</u>
• Apolo Soluções em Plásticos Ltda	Apolo	Reais	Brasil
• Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
• Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
• Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar	Uruguai
• Laureano S.A.	Laureano	Peso Argentino	Argentina
• Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Remimbi	China

• Marcopolo Austrália Holdings PTY LTD.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
• Pologren Australia Holdings PTY LTD.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
• Volgren Australia PTY Limited.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
• Marcopolo Canada Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
• Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar	Ilhas Virgens
• Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
• Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rand	África do Sul
• Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
• Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
• Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
• PoloAutoRus LLC.	PoloRus	Rublo	Rússia
• Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar	México
• Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
• Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil

Empreendimentos controlados em conjunto	Denominação	Moeda Funcional	País
• GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
• Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
• Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
• Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
• New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
• Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
• San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
• San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
• Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
• Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rupia	Índia

Coligadas	Denominação	Moeda Funcional	País
• Mercobus S.A.C.	Mercobus	Soles	Peru
• MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
• Setbus Soluções Automotivas Ltda.	Setbus	Reais	Brasil
• Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
• Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
• Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
• WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	Wsul	Reais	Brasil

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

(c) Empresas da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja

classificado como mantido para negociação ou, seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem títulos da dívida.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem títulos patrimoniais e títulos de dívida.

2.5.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos incluindo algumas ações preferenciais, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.5.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio de resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo

é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro disponível para venda está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado será retirado do patrimônio e reconhecido na

demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.6 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) *Softwares*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a fabricação de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e

- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.16 Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação às probabilidades associadas.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 180 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no semestre, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.18 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.19 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ô nibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa

futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

IFRS 10 - Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture

Em setembro de 2014, o IASB emitiu pequenas alterações nas IFRS 10 Consolidated Financial Statements e IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures (2011). As alterações referem-se a uma inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e a IAS 28 (2011), referente à venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua coligada ou joint venture. A principal consequência das alterações é que um ganho ou perda total é reconhecido quando a transação envolve um negócio (se ele estiver alocado em uma filial ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. A adoção da será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Marcopolo está analisando os possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

IAS 27 - Equity Method in Separate Financial Statements

Em agosto de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 27, que permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. O IASB esclarece que as alterações vão ajudar a algumas jurisdições a registrar em IFRS suas demonstrações

contábeis individuais, reduzindo os custos de conformidade sem reduzir a informação disponível aos investidores. A adoção será requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. A Marcopolo já utiliza em suas demonstrações contábeis individuais o método de equivalência patrimonial, para registrar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(c) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e

- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

Consolidado				
30 de setembro 2014				
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	231.598	12.675	272.573	66.082
Dólares australianos	38.310	28.542	66.622	7.109
Pesos Argentinos	-	6	-	-
Randes sul-africanos	26.782	3.173	286	11.238
Remimbi chinês	19.775	7.139	19.143	-
	<u>316.465</u>	<u>51.535</u>	<u>358.624</u>	<u>84.429</u>

Consolidado				
31 de dezembro 2013				
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	270.694	6.451	272.975	75.712
Dólares australianos	45.810	30.617	68.160	13.575
Euros	-	21	-	-
Randens sul-africanos	23.585	4.208	23	11.783
Remimbis chinês	9.264	3.892	21.360	-
Rublo	94	-	-	-
	349.447	45.189	362.518	101.070

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 29% das receitas previstas para 2014, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 21.842 (controladora) e R\$ 65.706 (consolidado) em 30 de setembro de 2014 (R\$ 20.262 e R\$ 62.117 em 31 de dezembro de 2013) representativos de 3,3% e 3,7%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (2,9% e 3,6% em 31 de dezembro de 2013), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

30/09/2014					
Fluxo de caixa contratual					
	Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	2.019.762	2.052.498	427.649	1.541.218	83.631
Fornecedores	355.299	355.299	355.299	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	3.626	3.626	3.626	-	-
31/12/2013					
Fluxo de caixa contratual					
	Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.835.759	2.010.608	376.749	1.573.586	60.273
Fornecedores	308.165	308.165	308.165	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	467	467	467	-	-

(d) **Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM**

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		11,50	14,38	17,25
TJLP - %		6,00	7,50	9,00
Taxa cambial - US\$		2,40	3,00	3,60
Taxa cambial - Euro		3,25	4,06	4,88
LIBOR - %		1,00	1,25	1,50
Custo do ACC deságio - %		2,25	2,81	3,37
	Aplicações financeiras	91.364	114.453	137.186
	Relações interfinanceiras	65.354	73.167	80.981
	Empréstimos e financiamentos	(85.008)	(146.842)	(208.953)
	Forwards	1.779	(8.067)	(14.761)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	(5.449)	59.421	124.291
		68.040	92.132	118.744

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais para que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Total dos empréstimos (Nota 28)	2.019.762	1.835.759	1.279.521	1.146.345	740.241	689.414
Menos:						
Caixa e equivalentes de caixa	(595.576)	(624.717)	(566.851)	(590.526)	(28.725)	(34.191)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos	(343.563)	(170.717)	(343.563)	(170.717)	-	-
Dívida líquida (A)	1.080.623	1.040.325	369.107	385.102	711.516	655.223
Total do patrimônio líquido (B)	1.562.125	1.515.896	1.351.023	1.319.416	211.102	196.480
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	69	69	27	29	337	333

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço

patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Fundo de investimento renda fixa	1.334	353
- Derivativos para negociação	659	978
Ativos disponíveis para venda		
- Certificados de depósitos bancários	315.116	143.349
	<u>317.109</u>	<u>144.680</u>
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	3.626	467
	<u>3.626</u>	<u>467</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas-correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e

(iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Disponível para venda

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) Outros passivos financeiros

(i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do passivo	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	2.019.762	2.009.006	1.835.759	1.821.142

(ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

					Valor nocional	Valor justo		Valores a receber	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	30.09.14	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
<u>Marcopolo</u>					USD mil				
	BBA	Venda				-	124	-	124
	BRADESCO	Venda				-	123	-	123
	BRASIL	Venda				-	46	-	46
	MERRILL LYNCH	Venda				-	151	-	151
	SANTANDER	Venda				-	133	-	133
						-	577	-	577
<u>Masa</u>					USD mil				
	ABSA	Compra	31.07.14	25.03.15	1,645	140	120	140	120
	STD	Compra	30.06.14	25.03.15	2,941	334	171	334	171
						474	291	474	291

MP Austrália					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	06.03.14	03.05.15	816	118	50	118	50
	CITIBANK	Compra	07.04.14	06.11.14	450	59	-	59	-
					<u>CHF mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	07.08.14	05.03.15	150	8	50	8	50
	WESTERN UNION	Compra			<u>CNY mil</u>				
						-	10	-	10
						185	110	185	110
						659	978	659	978

Passivos

					Valor nacional	Valor justo		Valores a pagar	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	30.09.14	30.09.14	31.12.13	30.09.14	31.12.13
<u>Marcopolo</u>					<u>USD mil</u>				
	BBA	Venda	11.08.14	21.10.14	5.200	(762)	(42)	(762)	(42)
	BRABESCO	Venda	29.08.14	18.11.14	11.200	(1.860)	(175)	(1.860)	(175)
	BRASIL	Venda	10.09.14	20.11.14	1.500	(199)	(31)	(199)	(31)
	CITIBANK	Venda	28.08.14	14.10.14	1.600	(280)	(159)	(280)	(159)
	SANTANDER	Venda	10.09.14	27.11.14	3.000	(360)	-	(360)	-
	VOTORANTIM	Venda	22.09.14	06.11.14	3.800	(124)	-	(124)	-
	MERRILL LYNCH	Venda				-	(19)	-	(19)
	SAFRA	Venda				-	(23)	-	(23)
						(3.585)	(449)	(3.585)	(449)
<u>Ciferal</u>					<u>USD mil</u>				
	BRABESCO	Venda	23.09.14	23.10.14	668	(22)	-	(22)	-
						(22)		(22)	
<u>MP Austrália</u>					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra				-	(6)	-	(6)
					<u>SGD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra				-	(2)	-	(2)
					<u>CNY mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra				-	(10)	-	(10)
					<u>CHF mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	07.03.14	13.01.15	225	(11)	-	(11)	-
	CITIBANK	Compra	07.04.14	06.11.14	150	(8)	-	(8)	-
						(19)	(18)	(19)	(18)
						(3.626)	(467)	(3.626)	(467)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 conforme abaixo:

	Ganhos/perdas realizados			
	Juros s/derivativos		Variação Cambial s/ derivativos	
	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2013
Marcopolo	1.946	6.841	(3.877)	(8.164)
Ciferal	63	38	(168)	16
Masa	-	-	-	(1.002)
MP Austrália	-	-	-	(353)

6 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e de suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

Controladas	Percentual de participação					
	30 de setembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Direta	Indireta	Participação dos não controladores	Direta	Indireta	Participação dos não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
Laureano	-	100,00	-	-	100,00	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
Mapla	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	-	99,99	-	-
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	-	-	-
Pologren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
PoloRus	100,00	-	-	100,00	-	-
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-

(1) Consolida na MP Austrália.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (ii) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- (iv) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (v) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)

Coligadas	Percentual de participação			
	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
FCO	-	-	-	50,00
GB Polo	49,00	-	49,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	-	50,00	-	50,00
Metalsur (1)	-	51,00	-	51,00
Marsa (1)	-	-	-	50,00
New Flyer	-	19,99	-	19,99
San Marino	45,00	-	45,00	-

Rotas do Sul (2)	-	45,00	-	45,00
San Marino México (2)	-	45,00	-	45,00
Superpolo	20,59	29,41	20,59	29,41
TMML	49,00	-	49,00	-

- (1) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) Loma;
(2) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) San Marino.

O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
FCO	-	280	-	98	197	151	(800)	(467)
GBPollo	87.718	73.604	95.180	75.922	29.614	17.802	(5.000)	(7.202)
Loma	155.394	170.876	111.108	117.718	130.738	208.716	1.586	10.224
San Marino	397.720	335.926	315.391	258.365	308.571	276.275	(2.201)	5.526
Superpolo	184.062	173.884	110.628	93.298	188.304	192.758	9.196	10.022
TMML	167.484	157.747	126.390	108.422	140.092	165.935	(10.024)	2.814

(c) Coligadas (não consolidadas)

Coligadas	Percentual de participação			
	30 de setembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mercobus	40,00	-	40,00	-
MVC	26,00	-	26,00	-
Setbus	25,00	20,00	-	-
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (1)	-	40,00	-	40,00
Wsul	30,00	-	30,00	-

- (1) Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Mercobus	3.320	2.132	754	743	5.385	1.110	1.898	(200)
MVC	470.115	243.702	372.505	172.735	377.433	180.392	26.642	14.954
Setbus	12.618	12.271	19.853	17.780	11.353	3.882	(1.730)	(4.144)
Spheros	78.260	61.539	42.963	42.782	101.878	109.217	13.293	13.642
Wsul	9.348	8.955	1.935	1.498	16.821	18.030	1.307	805

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Apolo Soluções em Plásticos Ltda. – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Moneo Investimentos S. A. (Moneo) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

- Banco Moneo S. A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

Ciferal Industria de Ônibus Ltda (Ciferal) – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Ilmot International Corporation (Ilmot) – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S. A. de C. V. (Polomex) – localizada em Monterrey, Nuevo León, Mexico, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Superpolo S. A. (Superpolo) – localizada em Cundinamarca, Colombia, com participação de 29,39% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Laureano S. A. – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Auto Componentes Co. (Mac) – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

Marcopolo Australia Holdings PTY LTD. (MP Australia) – Controlada integral, localizada em Melbourne, Australia. A MP Australia tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- Pologren Australia Holdings PTY LTD. (Pologren) – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austria. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - Volgren Australia PTY Limited (Vogren) – localizada em Melbourne, Australia, com participação de 75% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Canadá Holdings Corp. (MP Canadá) – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem o seguinte empreendimento controlado em conjunto:

- New Flyer Industries Inc. (New Flyer) – localizada no Canadá, com participação de 19,99% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

Marcopolo International Corp. (MIC) – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Latinoamérica S. A. (Mapla) – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo South África Pty Ltd. (Masa) – Controlada integralmente, localizada em Johannesburg, South Africa, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Trading S. A. (Trading) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

Superpolo S.A.S. – localizada na Colombia, com participação de 20,61% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Syncroparts Com e Distr. de Peças Ltda (Syncro) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades.

PoloAutoRus LLC. – Controlada integralmente, localizada em Moscow, Russian Federation, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Volare Veiculos Ltda - Controlada integralmente, localizada em São Matheus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda - Controlada integralmente, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

GB Polo Bus Manufacturing S. A. E (GB Polo) – Coligada, com participação de 50% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Loma Hermosa S. A. (Loma) - Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S. A. – Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. – Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Provincia de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Marcopolo Argentina S. A. (Marsa) – Controlada, com participação de 100% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Marsa tem por objeto o de peças e acessórios para veículos automotores.

San Marino ônibus e Implementos Ltda (San Marino) - Coligada, com participação de 45% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- San Marino Bus de México S. A. de C. V. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.

Tata Marcopolo Motors Limited (TMML) – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Mercobus S. A. C. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

MVC Componentes Plásticos Ltda (MVC) - Coligada, com participação de 26% no capital, localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil. A MVC tem por objeto a fabricação e o comércio de partes, peças, componentes e acessórios para veículos automotores e participação em outras sociedades, tendo a seguinte controlada:

Setbus Soluções Automotivas Ltda. (Setbus) - Coligada, com participação direta de 25% e participação indireta de 20% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Setbus tem por objeto soluções automotivas.

Spheros Climatização do Brasil S. A. (Spheros) - Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Spheros tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- Spheros México S. A. de C. V - Controlada integralmente, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colombia Ltda - Controlada integralmente, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

Wsul Espumas Industria e Comércio Ltda (Wsul) - Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Wsul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano moldados ou seus derivados.

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	48.673	38.186	49.279	47.008
No exterior	54	139	39.009	39.917
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata (*)				
No Brasil	368.224	396.686	507.288	537.792
Total do caixa e equivalente de caixa	416.951	435.011	595.576	624.717

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de depósitos bancários – CDB, remuneradas a taxas que variam entre 96,0% e 101,5% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,4% do CDI em 30 de setembro de 2014.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Circulante				
Ao valor justo através do resultado				
Fundos de investimentos de renda fixa	134	126	134	353
Derivativos - mercado a termo (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	-	577	659	978
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários (*)	316.316	143.349	316.316	143.349
	316.450	144.052	317.109	144.680

Não Circulante
Disponíveis para venda
Partes relacionadas

26.956	26.339	26.454	26.037
26.956	26.339	26.454	26.037

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de depósitos bancários – CDB, remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 101,5% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,7% do CDI em 30 de setembro de 2014.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Circulante				
No mercado nacional	407.893	431.818	569.296	563.522
No mercado externo	182.286	217.420	323.689	356.336
Partes relacionadas	76.022	62.449	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	331.047	303.604
Ajuste a valor presente	(5.128)	(2.722)	(6.241)	(3.321)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.842)	(20.262)	(56.095)	(53.645)
	639.231	688.703	1.161.696	1.166.496
Não circulante				
Relações interfinanceiras	-	-	570.370	529.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(9.611)	(8.472)
	-	-	560.759	521.400
	639.231	688.703	1.722.455	1.687.896

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Valores a vencer	489.236	505.077	1.496.570	1.461.531
Vencidos:				
- Até 30 dias	64.340	77.630	99.010	106.848
- Entre 31 e 60 dias	25.567	12.054	40.852	21.126
- Entre 61 e 90 dias	10.814	11.943	24.869	15.664
- Entre 91 e 180 dias	17.540	49.712	33.929	56.102
- Acima de 181 dias	58.704	55.271	99.172	92.063
Ajuste a valor presente	(5.128)	(2.722)	(6.241)	(3.321)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.842)	(20.262)	(65.706)	(62.117)
	639.231	688.703	1.722.455	1.687.896

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(20.262)	(62.117)
Provisão registrada no período	(2.902)	(13.765)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>Write-off</i>)	1.322	8.738
Variação cambial	-	1.438
Saldo em 30 de setembro de 2014	(21.842)	(65.706)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Reais	456.945	471.283	1.405.990	1.338.449
Dólar norte-americano	182.286	217.420	231.598	270.694
Dólar australiano	-	-	38.310	45.810
Rand	-	-	26.782	23.585
Remimbi	-	-	19.775	9.264
Rublo	-	-	-	94
	<u>639.231</u>	<u>688.703</u>	<u>1.722.455</u>	<u>1.687.896</u>

9 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Produtos acabados	97.589	122.546	118.304	149.608
Produtos em elaboração	41.722	28.407	88.288	59.254
Matérias-primas e auxiliares	126.250	124.539	242.667	217.861
Adiantamentos a fornecedores e outros	5.360	9.530	18.015	26.560
Provisão para perdas nos estoques	(692)	(692)	(3.974)	(5.827)
	<u>270.229</u>	<u>284.330</u>	<u>463.300</u>	<u>447.456</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(692)	(5.827)
Provisão registrada no período	-	(786)
Reversão de provisão contra estoques (<i>Write-off</i>)	-	2.686
Variação cambial	-	(47)
Saldo em 30 de setembro de 2014	(692)	(3.974)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Circulante				
Imposto de renda - pessoa jurídica (IRPJ)	35.771	30.886	43.614	31.858
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)	11.080	5.148	14.016	5.509
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	13.094	11.807	13.816	12.783
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	4.674	4.802	7.847	6.009
Programa de integração social (PIS)	1.037	473	1.593	827
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	4.221	327	8.550	3.373
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2.270	-	2.859	-
Reintegra	147	7.513	147	7.965
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	11.550	4.996
	<u>72.294</u>	<u>60.956</u>	<u>103.992</u>	<u>73.320</u>
Não circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	763	1.277	1.076	1.277
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	208	697
	<u>763</u>	<u>1.277</u>	<u>1.284</u>	<u>1.974</u>
	<u>73.057</u>	<u>62.233</u>	<u>105.276</u>	<u>75.294</u>

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Controladas	1.021.706	961.337	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	156.562	169.378	333.045	336.776
Coligadas	41.088	34.060	41.088	34.060
Outros investimentos	-	-	380	1.075
	<u>1.219.356</u>	<u>1.164.775</u>	<u>374.513</u>	<u>371.911</u>

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Coligadas:

	Coligadas						Total
	MVC	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	30/09/14	31/12/13
	(1)						
Dados dos Investimentos							
Capital social	34.011	1.027	15.000	1.000	6.100		
Patrimônio líquido ajustado	97.610	2.523	35.297	(7.235)	7.414		
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	25	1.830.000		
% de participação	26,00	40,00	40,00	25,00	30,00		
Lucro líquido do exercício	26.642	1.898	13.293	(1.730)	1.307		
Movimentação dos investimentos							
<u>Saldos iniciais:</u>							
Pelo valor patrimonial	18.451	555	14.026	(1.209)	2.237	34.060	27.811
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	250
Dividendos recebidos	-	(312)	(5.200)	-	(405)	(5.917)	(5.990)
Resultado de equivalência patrimonial	6.927	759	5.317	(432)	392	12.963	12.059
Ajustes acumulados de conversão	-	7	(25)	-	-	(18)	(70)
<u>Saldos finais:</u>							
Pelo valor patrimonial	25.378	1.009	14.118	(1.641)	2.224	41.088	34.060
(1) Empreendimento no exterior.							

12 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	18.071	84.568	78.744	4.165	6.843	2.945	98	25.416	220.850
Adições	-	1.359	8.291	414	2.051	1.224	-	5.920	19.259
Baixas	-	(2)	(883)	(36)	(5)	(61)	-	-	(987)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	-	(2.416)	(10.381)	(422)	(1.542)	(475)	-	-	(15.236)
Saldos em 30 de setembro de 2014	18.071	83.509	75.771	4.121	7.347	3.633	98	31.336	223.886
Custo do imobilizado	18.071	152.509	192.001	9.216	18.573	6.910	98	31.336	428.714
Depreciação acumulada	-	(69.000)	(116.230)	(5.095)	(11.226)	(3.277)	-	-	(204.828)
Valor residual	18.071	83.509	75.771	4.121	7.347	3.633	98	31.336	223.886
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado do consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	22.781	125.693	124.525	8.734	7.737	5.972	3.337	39.277	338.056
Efeito cambial	(32)	(200)	733	(16)	-	20	31	-	536
Adições	-	3.898	28.405	836	2.589	2.005	420	52.384	90.537
Baixas	-	(82)	(1.696)	(155)	(163)	(669)	(117)	(362)	(3.244)
Transferências	-	42.770	34	-	-	-	-	(42.804)	-
Depreciações	-	(4.004)	(17.096)	(962)	(1.745)	(1.089)	(971)	-	(25.867)
Saldos em 30 de setembro de 2014	22.749	168.075	134.905	8.437	8.418	6.239	2.700	48.495	400.018
Custo do imobilizado	22.749	255.270	326.501	17.109	21.028	12.603	10.045	48.495	713.800
Depreciação acumulada	-	(87.195)	(191.596)	(8.672)	(12.610)	(6.364)	(7.345)	-	(313.782)
Valor residual	22.749	168.075	134.905	8.437	8.418	6.239	2.700	48.495	400.018
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

13 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.031	55	5.086
Adições	774	2	776
Baixas	-	-	-
Amortizações	(1.265)	(10)	(1.275)
Saldos em 30 de setembro de 2014	4.540	47	4.587
Custo do intangível	49.016	1.225	50.241
Amortização acumulada	(44.476)	(1.178)	(45.654)
Valor residual	4.540	47	4.587
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do intangível do consolidado

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.788	55	10.127	8.653	240.376	267.999
Efeito cambial	113	-	2.318	408	(508)	2.331
Adições	916	2	-	-	-	918
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(1.701)	(10)	(1.741)	(1.123)	-	(4.575)
Saldos em 30 de setembro de 2014	8.116	47	10.704	7.938	239.868	266.673
Custo do imobilizado	54.278	1.225	19.574	9.363	239.868	324.308
Amortização acumulada	(46.162)	(1.178)	(8.870)	(1.425)	-	(57.635)
Valor residual	8.116	47	10.704	7.938	239.868	266.673
Taxas anuais de amortização - %	2,0	8,3	25	10		

A Companhia efetua no final de cada exercício testes de eventuais perdas (*impairment*) no ágio.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 30 de setembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta-corrente	Saldos passivos por mútuo e conta-corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/serviços	Compras de produtos/serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Ciferal	185	-	15.247	79	49.319	739	-	1
GB Polo	25.239	-	2.842	-	630	-	350	-
Ilmot	317	-	-	-	-	-	7	-
Loma Hermosa	-	-	3.886	-	-	254	-	-
MAC	-	-	6.534	-	2.427	-	-	-
Mapla	-	20	-	193	-	-	-	-
Masa	-	-	16.644	-	21.374	-	-	-
Moneo	-	4	-	-	-	-	1	-
Mpt	-	-	-	-	-	-	1	-
MVC	-	-	5.912	1.610	5.305	8.950	-	-
Polomex	-	-	18.159	-	52.173	-	-	-
Polorus	-	-	-	-	-	315	-	-
San Marino	-	-	-	-	-	-	-	-
Setbus	1.154	-	-	13	-	1.128	92	-
Spheros	-	-	-	3.275	-	35.722	-	-
Superpolo	-	-	1.715	-	5.862	-	-	-
TMML	-	-	6.767	-	2.968	-	-	-
Volare Veículos	-	-	741	-	-	-	-	-
Volare Comércio	-	-	18.697	5	18.724	-	1	-
Wsul	61	-	-	819	-	6.067	-	-
Saldo em 30/09/2014	26.956	24	97.144	5.994	158.782	53.175	452	1
Saldo em 31/12/2013	26.339	20	87.869	5.201	229.205	79.700	640	-

Os saldos de mútuos e contas-corrente de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

					30/09/14
	Fixa	Variável	Plano de Aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	6.647	4.968	146	90	11.851
Diretores não estatutários	5.127	3.289	170	150	8.736
	11.774	8.257	316	240	20.587

					30/09/13
			Plano de Aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
	Fixa	Variável			
Conselho de Administração e diretores estatutários	7.173	5.661	163	105	13.102
Diretores não estatutários	4.687	3.334	206	196	8.423
	11.860	8.995	369	301	21.525

15 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Moeda nacional						
FINAME	5,34	2014 a 2024	10.651	11.349	16.929	13.110
Empréstimos bancários	11,00	2014 a 2021	70	68	132	68
Depósitos interfinanceiros	12,65	2014 a 2015	-	-	37.677	-
FINEP	4,37	2014 a 2020	152.362	167.527	152.362	167.527
FDE – Fundos de Desenvolvimento	3,53	2025	-	-	34.810	-
Pré-embarque especial (*)	6,34	2016 e 2017	301.896	200.836	301.896	200.836
Notas de créditos exportação - Compulsório	5,64	2016 e 2017	414.789	402.286	414.789	402.286
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	1,56	2014	1.469	14.088	1.469	14.088
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	2,88	2018	221.753	211.994	221.753	211.994
Notas de créditos exportação - USD	2,95	2018	49.349	46.893	49.349	46.893
Financiamento em rands	10,44	2017 a 2019	-	-	286	23
Financiamento em remimbi	5,55	2014 a 2015	-	-	19.143	21.360
Financiamento em dólares australianos	3,56	2014	-	-	66.603	68.160
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	24	20	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.152.363	1.055.061	1.317.198	1.146.345
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré fixadas	1,75	2022	-	-	577.165	511.833
BNDES – Operações Pós fixadas	6,50	2022	-	-	125.399	177.581
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			-	-	702.564	689.414
Total de empréstimos e financiamentos			1.152.363	1.055.061	2.019.762	1.835.759
Passivo circulante			64.133	57.502	409.534	367.145
Passivo não circulante			1.088.230	997.559	1.610.228	1.468.614

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
De 13 a 24 meses	657.123	70.479	853.481	250.127
De 25 a 36 meses	280.651	703.826	434.626	849.277
De 37 a 48 meses	107.123	129.104	195.351	226.724
De 49 a 60 meses	18.737	55.601	57.163	90.034
Após 60 meses	24.596	38.549	69.607	52.452
	<u>1.088.230</u>	<u>997.559</u>	<u>1.610.228</u>	<u>1.468.614</u>

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 16.929 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 13.110 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia mantém contratos de financiamentos que possuem cláusulas restritivas “Covenants”, as quais estão sendo atendidas.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre as mesmas incidem encargos financeiros de 1% ao ano mais a variação da TJLP.

O valor de face e valor justo da parcela de longo prazo das captações no mercado aberto são:

	Valor de face (futuro)		Valor justo (presente)	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
De 1 a 12 meses	234.548	234.053	220.435	219.636
De 13 a 24 meses	200.606	187.765	191.830	179.165
De 25 a 36 meses	153.851	148.997	149.470	145.070
Após 36 meses	144.146	146.908	140.829	145.543
	<u>733.151</u>	<u>717.723</u>	<u>702.564</u>	<u>689.414</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproximam do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

Natureza	Controladora			
	30/09/14		31/12/13	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	964	-	964	133
Trabalhista	6.004	11.192	4.757	9.131
Tributário	3.845	70.626	6.158	68.219
	<u>10.813</u>	<u>81.818</u>	<u>11.879</u>	<u>77.483</u>
Natureza	Consolidado			
	30/09/14		31/12/13	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	964	462	964	595
Trabalhista	8.529	11.192	7.178	9.131
Tributário	4.039	107.868	6.352	96.780
	<u>13.532</u>	<u>119.522</u>	<u>14.494</u>	<u>106.506</u>
Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Cível	980	981	980	981
Trabalhista	924	496	2.170	1.886
Tributário	4.711	4.642	9.733	9.541
	<u>6.615</u>	<u>6.119</u>	<u>12.883</u>	<u>12.408</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
ICMS - transferências de créditos (i)	3.145	3.145	3.145	3.145
DRAWBACK - intermediário (ii)	700	-	700	-
INSS – incidência sobre serviços prestados no exterior. (iii)	-	3.013	-	3.013
Outras contingências de menor valor	-	-	194	194
	<u>3.845</u>	<u>6.158</u>	<u>4.039</u>	<u>6.352</u>

- (i) Contingência relativa à discussão sobre ICMS - transferência de créditos decorrentes de exportação.
- (ii) Contingência relativa à Drawback intermediário – contingência decorrente de inconsistências identificadas pela RFB nas importações relacionadas ao processo de *Drawback* intermediário.
- (iii) Contingência relativa à INSS – Discussão quanto à incidência do INSS patronal sobre serviços prestados por empregados no exterior.

• **Não provisionadas**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	6.005	5.575	6.005	5.575
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.368	2.200	2.368	2.200
IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via <i>tradings</i> (i)	21.700	20.954	21.700	20.954
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (ii)	20.960	20.293	20.960	20.293
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (iii)	-	-	24.461	16.122
ICMS – documentos fiscais inidôneos (iv)	11.071	11.071	11.071	11.071
ISS - serviços tomados de terceiros	3.688	3.425	3.688	3.425
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.834	4.701	4.834	4.701
Outras contingências de menor valor	-	-	12.781	12.439
	<u>70.626</u>	<u>68.219</u>	<u>107.868</u>	<u>96.780</u>

(i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a discussões sobre o IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via *tradings* controladas localizadas em centros *off-shore*, realizadas nos anos de 1999 a 2007, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos encontram-se em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em setembro de 2011, em julgamento dos processos relativos aos anos-calendário de 2001-2007, o CARF, por unanimidade, deu provimento ao recurso da empresa, cancelando integralmente os autos de infração. Em julho de 2012 a decisão acima referida foi confirmada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os processos em relação aos anos-calendário de 2001 a 2007 já transitaram em julgado.

(ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

Outros processos de menor valor, totalizando R\$ 29.676 (R\$ 28.340 em 31 de dezembro de 2013), cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza	Consolidado			
	30/09/14		31/12/13	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	10.432	9.750	9.677	9.040
Previdenciário	-	2.157	-	2.006
	10.432	11.907	9.677	11.046

(i) Contingências tributárias ativas

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias ativas

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os reconhece após o trânsito em julgado ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No período findo em 30 de setembro de 2014 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 8.666 (R\$ 8.159 em 30 de setembro de 2013). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Valor presente das obrigações atuariais	(198.708)	(182.605)	(200.310)	(184.084)
Valor justo dos ativos do plano	211.354	185.614	213.058	187.111
Superávit não sujeito a reembolso ou de redução nas contribuições futuras	(12.646)	(3.009)	(12.748)	(3.027)
Passivo a ser reconhecido	-	-	-	-

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras.

A movimentação na obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
No início do exercício	-	(43.057)	-	(43.368)
Contribuições dos participantes do plano	7.699	9.668	7.798	9.788
Perdas (ganhos) atuariais	-	33.389	-	33.580
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	(7.699)	-	(7.798)	-
No fim do período/exercício	-	-	-	-

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
No início do exercício	185.614	188.665	187.111	190.072
Contribuição dos patrocinadores	7.699	9.668	7.798	9.788
Contribuição dos empregados	358	517	363	525
Benefícios pagos	(5.541)	(8.061)	(5.541)	(8.061)
Retorno esperado dos ativos do plano	23.224	(5.175)	23.327	(5.213)
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-
No fim do período/exercício	211.354	185.614	213.058	187.111

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
No início do exercício	182.605	231.722	184.084	233.440
Ganhos (perdas) atuariais	1.625	(67.386)	1.480	(68.007)
Custo dos serviços correntes	3.249	6.107	3.376	6.333
Custo financeiro	16.412	19.706	16.548	19.854
Contribuições dos empregados	358	517	363	525
Benefícios pagos	(5.541)	(8.061)	(5.541)	(8.061)
No fim do período/exercício	<u>198.708</u>	<u>182.605</u>	<u>200.310</u>	<u>184.084</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Custo dos serviços correntes	-	6.107	127	6.333
Custo financeiro	-	3.282	(6)	3.303
Retorno esperado sobre os ativos do plano	-	-	-	-
Total incluído nos custos de pessoal	<u>-</u>	<u>9.389</u>	<u>121</u>	<u>9.636</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• Hipóteses econômicas

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Taxa de desconto (*)	12,27	12,27	12,27	12,27
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,27	12,27	12,27	12,27
Aumentos salariais futuros	8,56	8,56	8,56	8,56
Inflação	5,40	5,40	5,40	5,40

(*) A taxa de desconto é composto de : inflação 5,40% a.a. mais juros 6,52%a.a para o período findo em 30 de setembro de 2014 (inflação de 5,40%a.a. mais juros de 6,52%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

• Hipóteses demográficas

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Ativo				
Provisão para assistência técnica	14.292	17.925	17.204	20.547
Provisão para comissões	28.204	30.871	31.807	34.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	817	1.852	27.189	33.644
Provisão participação nos resultados	14.422	31.935	19.549	37.233
Provisão para contingências	9.849	10.915	13.006	17.012
Provisão sobre avais com terceiros	70	-	132	-
Provisão para perdas nos estoques	692	692	3.974	692
Provisões para serviços de terceiros	15.415	15.114	15.415	15.114
Programa de desenvolvimento industrial - PDI	20.427	-	20.427	-
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	3.585	(128)	3.585	(128)
Ajuste a valor presente	(802)	1.596	(107)	1.975
Depreciação fiscal	(30.108)	(27.212)	(39.262)	(34.428)
Outras provisões	7.028	4.005	29.231	28.508
Base de cálculo	83.891	87.565	142.150	154.953
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.523	29.772	48.331	52.684

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
De 13 a 24 meses	28.523	29.772	48.331	52.684
	28.523	29.772	48.331	52.684

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13
Conciliação								
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.276	104.620	181.159	252.579	73.199	119.944	206.122	293.395
Alíquota nominal - %	34	34	34	34	34	34	34	34
	20.834	35.571	61.594	85.877	24.888	40.781	70.081	99.754
Adições e exclusões permanentes								

Equivalência patrimonial	(8.313)	(11.209)	(18.578)	(27.451)	(2.599)	(3.553)	(6.766)	(6.460)
Participação dos administradores	(588)	(677)	(1.677)	(1.961)	(588)	(677)	(1.677)	(1.961)
Juros sobre capital próprio	(5.294)	(5.325)	(15.883)	(15.975)	(5.294)	(5.325)	(15.883)	(15.975)
Outras adições (exclusões)	(1.252)	(131)	(4.308)	(2.719)	128	1.782	(874)	1.311
	<u>5.387</u>	<u>18.229</u>	<u>21.148</u>	<u>37.771</u>	<u>16.535</u>	<u>33.008</u>	<u>44.881</u>	<u>76.669</u>
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(7.413)	(14.762)	(19.899)	(41.565)	(20.421)	(28.739)	(40.528)	(85.019)
Diferido	<u>2.026</u>	<u>(3.467)</u>	<u>(1.249)</u>	<u>3.794</u>	<u>3.886</u>	<u>(4.269)</u>	<u>(4.353)</u>	<u>8.350</u>
	<u>5.387</u>	<u>18.229</u>	<u>21.148</u>	<u>37.771</u>	<u>16.535</u>	<u>33.008</u>	<u>44.881</u>	<u>76.669</u>

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 869.900.084 (869.900.084 em 31 de dezembro de 2013) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 555.274.340 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 312.461.562 (292.982.086 em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 7.095.615 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,6379 (em reais um) por ação. O valor das ações em tesouraria, calculado com base na

data de encerramento do período, corresponde a R\$ 32.909. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

20 Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia aprovou na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21/02/2014, a distribuição de juros a título de remuneração do capital próprio, no valor total bruto de R\$15.571 (R\$15.662 em 30 de setembro de 2013); juros esses a serem imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do presente exercício de 2014, pelo seu valor líquido. Os juros ora aprovados, calculados sobre o patrimônio líquido apurado de acordo com balanço levantado em 31/12/2013, serão pagos aos acionistas à razão de R\$ 0,0175 por ação representativa do capital social da companhia, sendo que, do referido valor, será retido o Imposto de Renda na Fonte, de acordo com a legislação em vigor. Os juros sobre o capital próprio foram creditados na conta individualizada de cada acionista em 22 de setembro de 2014, com base nas posições dos acionistas em 22 de setembro de 2014, e serão pagos a partir do dia 30 de dezembro de 2014.

21 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Valor patrimonial</u>	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Estoques e almoxarifados	Incêndio e riscos diversos	379.328	332.129
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	596.987	572.257
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	8.709	9.148
		<u>985.024</u>	<u>913.534</u>

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 30 de setembro de 2014, avais e/ou fianças no montante de R\$ 23.269 (R\$ 21.583 em 31 de dezembro de 2013), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR), datado em 08 de Janeiro de 2014, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13
Custo dos produtos e serviços vendidos	4.649	8.634	13.646	24.138	5.077	10.255	17.554	28.930
Despesas com vendas	1.498	1.268	2.965	3.398	1.515	1.273	3.007	3.411
Despesas de administração	1.307	1.308	2.611	3.282	2.289	1.708	5.064	4.984
	<u>7.454</u>	<u>11.210</u>	<u>19.222</u>	<u>30.818</u>	<u>8.881</u>	<u>13.236</u>	<u>25.625</u>	<u>37.325</u>

24 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13
Vendas brutas de produtos e serviços	759.974	885.405	2.107.814	2.508.877	1.087.085	1.198.072	2.982.303	3.352.860
Impostos sobre vendas e devoluções	(142.429)	(180.283)	(409.011)	(500.566)	(188.431)	(222.223)	(517.358)	(615.774)
Receita líquida	<u>617.545</u>	<u>705.122</u>	<u>1.698.803</u>	<u>2.008.311</u>	<u>898.654</u>	<u>975.849</u>	<u>2.464.945</u>	<u>2.737.086</u>

25 Despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13
Custos de vendas de mercadorias, produtos e serviços	366.957	373.667	1.003.539	1.130.664	512.793	496.347	1.413.730	1.478.971
Serviços de terceiros e outros	38.737	88.168	143.765	263.568	56.288	113.678	210.787	322.321
Remuneração direta	130.191	128.994	323.139	336.446	199.845	187.037	503.183	497.198
Remuneração dos administradores	3.955	4.272	11.428	12.732	3.955	4.272	11.428	12.732
Participação dos empregados nos lucros e resultados	7.454	11.210	19.222	30.818	8.881	13.236	25.625	37.325
Encargos de depreciação e amortização	5.484	5.275	16.511	15.855	9.132	9.567	30.442	28.336
Despesas com previdência privada	2.973	2.785	8.536	8.048	3.018	2.822	8.666	8.159
Outras despesas	<u>17.711</u>	<u>10.348</u>	<u>49.130</u>	<u>20.850</u>	<u>38.662</u>	<u>34.660</u>	<u>93.474</u>	<u>67.754</u>
Custo total das vendas, de distribuição e despesas administrativas	<u>573.462</u>	<u>624.719</u>	<u>1.575.270</u>	<u>1.818.981</u>	<u>832.574</u>	<u>861.619</u>	<u>2.297.335</u>	<u>2.452.796</u>

26 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13	01/07/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13	30/09/14	30/09/13
Receitas financeiras								
Juros e variações monetárias recebidas	2.051	1.391	5.602	7.352	3.013	2.503	7.124	10.190
Juros sobre derivativos	724	1.904	1.946	6.841	767	1.904	2.009	6.879
Rendas de aplicações financeiras	17.387	11.406	45.802	36.152	19.674	13.753	54.483	41.582
Variação cambial	32.777	4.012	66.295	44.033	37.056	4.623	75.620	49.596
Variação cambial sobre derivativos	463	7.361	3.113	15.546	493	7.361	3.172	15.744
Ajuste a valor presente de contas a receber	7.718	4.915	19.587	17.467	10.145	6.881	25.053	22.761
	<u>61.120</u>	<u>30.989</u>	<u>142.345</u>	<u>127.391</u>	<u>71.148</u>	<u>37.025</u>	<u>167.461</u>	<u>146.752</u>
Despesas financeiras								
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.446)	(11.514)	(35.634)	(35.176)	(13.973)	(12.948)	(41.209)	(41.272)
Variação cambial	(39.507)	(8.116)	(70.826)	(53.891)	(44.086)	(8.223)	(78.956)	(58.884)
Variação cambial sobre derivativos	(5.440)	(3.828)	(6.990)	(23.710)	(5.633)	(4.806)	(7.217)	(25.247)
Despesas bancárias	(2.916)	(478)	(4.437)	(2.387)	(2.917)	(853)	(4.512)	(3.892)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6.643)	(7.050)	(16.055)	(16.662)	(8.101)	(8.359)	(19.892)	(19.606)
	<u>(66.952)</u>	<u>(30.986)</u>	<u>(133.942)</u>	<u>(131.826)</u>	<u>(74.710)</u>	<u>(35.189)</u>	<u>(151.786)</u>	<u>(148.901)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.832)</u>	<u>3</u>	<u>8.403</u>	<u>(4.435)</u>	<u>(3.562)</u>	<u>1.836</u>	<u>15.675</u>	<u>(2.149)</u>

27 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo				
De operações continuadas	160.011	214.808	161.241	216.726
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	889.804	894.935	889.804	894.935
Lucro por ação - operações continuadas	0,1798	0,2400	0,1812	0,2422

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/14	30/06/13	30/09/14	30/06/13
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo				
De operações continuadas	160.011	214.808	161.241	216.726
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	889.804	894.935	889.804	894.935
Ajustes de:				
- Exercício das opções de compra de ações	7.096	1.965	7.096	1.965
Lucro por ação - operações continuadas	0,1784	0,2395	0,1798	0,2416

28 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	595.576	624.717	566.851	590.526	28.725	34.191
Ativos financeiros mensurados						
ao valor justo através do resultado	316.450	143.702	316.450	143.702	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	659	978	659	978	-	-
Créditos	1.161.696	1.166.496	834.058	863.631	327.638	302.865
Estoques	463.300	447.456	463.300	447.456	-	-
Outras contas a receber	189.927	141.498	145.819	99.989	44.108	41.509
	<u>2.727.608</u>	<u>2.524.847</u>	<u>2.327.137</u>	<u>2.146.282</u>	<u>400.471</u>	<u>378.565</u>
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados						
ao valor justo através do resultado	26.454	26.037	26.454	26.037	-	-
Créditos	560.759	521.400	-	-	560.759	521.400
Outras contas a receber	63.183	67.590	60.787	63.421	2.396	4.169
Investimentos	374.513	371.911	374.513	371.911	-	-
Imobilizado	400.018	338.056	399.429	337.364	589	692
Intangível	266.673	267.999	266.153	267.431	520	568
	<u>1.691.600</u>	<u>1.592.993</u>	<u>1.127.336</u>	<u>1.066.164</u>	<u>564.264</u>	<u>526.829</u>
Total do ativo	<u>4.419.208</u>	<u>4.117.840</u>	<u>3.454.473</u>	<u>3.212.446</u>	<u>964.735</u>	<u>905.394</u>

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	355.299	308.165	355.299	308.165	-	-
Empréstimos e financiamentos	409.534	367.145	151.421	147.509	258.113	219.636
Instrumentos financeiros derivativos	3.626	467	3.626	467	-	-
Outras contas a pagar	397.653	379.441	384.261	359.941	13.392	19.500
	<u>1.166.112</u>	<u>1.055.218</u>	<u>894.607</u>	<u>816.082</u>	<u>271.505</u>	<u>239.136</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	1.610.228	1.468.614	1.128.100	998.836	482.128	469.778
Outras contas a pagar	59.433	60.017	59.433	60.017	-	-
	<u>1.669.661</u>	<u>1.528.631</u>	<u>1.187.533</u>	<u>1.058.853</u>	<u>482.128</u>	<u>469.778</u>
Participação de acionistas não controladores	21.310	18.095	21.310	18.095	-	-
Patrimônio líquido	<u>1.562.125</u>	<u>1.515.896</u>	<u>1.351.023</u>	<u>1.319.416</u>	<u>211.102</u>	<u>196.480</u>
Total do passivo	<u>4.419.208</u>	<u>4.117.840</u>	<u>3.454.473</u>	<u>3.212.446</u>	<u>964.735</u>	<u>905.394</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Operações continuadas						
Receita líquida de vendas e serviços	2.464.945	2.737.086	2.423.066	2.697.198	41.879	39.888
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(2.037.856)	(2.199.080)	(2.037.856)	(2.199.080)	-	-
Lucro bruto	427.089	538.006	385.210	498.118	41.879	39.888
Despesas com vendas	(134.726)	(133.450)	(129.379)	(133.434)	(5.347)	(16)
Despesas administrativas	(124.753)	(120.266)	(113.918)	(109.778)	(10.835)	(10.488)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.972	(7.746)	4.067	(7.353)	(1.095)	(393)
Participações nos lucros de coligadas	19.865	19.000	19.865	19.000	-	-
Lucro operacional	190.447	295.544	165.845	266.553	24.602	28.991
Resultado financeiro	15.675	(2.149)	15.675	(2.149)	-	-
Receitas financeiras	167.461	146.752	167.461	146.752	-	-
Despesas financeiras	(151.786)	(148.901)	(151.786)	(148.901)	-	-
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	206.122	293.395	181.520	264.404	24.602	28.991
Imposto renda e contribuição social	(44.881)	(76.669)	(34.901)	(64.885)	(9.980)	(11.784)
Lucro líquido do período das operações continuadas	<u>161.241</u>	<u>216.726</u>	<u>146.619</u>	<u>199.519</u>	<u>14.622</u>	<u>17.207</u>

29 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado do período	161.241	216.726	146.619	199.519	14.622	17.207
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	30.442	28.336	30.245	28.123	197	213
Custo na venda de ativos permanentes	2.822	5.092	2.822	5.092	-	-
Equivalência patrimonial	(19.865)	(19.000)	(19.865)	(19.000)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.589	1.348	(220)	2.318	3.809	(970)
Imposto de renda e CS corrente e diferido	44.881	76.669	34.901	64.885	9.980	11.784
Juros e variações apropriados	52.380	60.630	50.041	42.564	2.339	18.066
Participações dos não controladores	2.333	1.918	2.333	1.918	-	-
Variação nos ativos e passivos						
(Aumento)redução contas a receber de clientes	(35.033)	(127.131)	32.908	(36.653)	(67.941)	(90.478)
(Aumento)redução nos estoques	(13.382)	(108.896)	(13.382)	(108.896)	-	-
(Aumento)redução outras contas a receber	(42.950)	(78.767)	(42.124)	(67.786)	(826)	(10.981)
(Aumento)redução títulos e valores mobiliários	(172.846)	116.294	(172.846)	116.294	-	-
Aumento (redução) fornecedores	44.858	86.537	44.858	86.537	-	-
Aumento (redução) contas a pagar	8.282	96.969	10.366	96.262	(2.084)	707
Caixa gerado nas atividades operacionais	66.752	356.725	106.656	411.177	(39.904)	(54.452)
Imposto de renda pagos	(40.528)	(85.019)	(32.321)	(73.955)	(8.207)	(11.064)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	26.224	271.706	74.335	337.222	(48.111)	(65.516)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	434	(172.025)	434	(172.025)	-	-
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas	24.512	15.073	24.512	15.073	-	-
Compras de imobilizado	(90.537)	(58.419)	(90.533)	(58.010)	(4)	(409)
Compras de intangível	(918)	(69.389)	(876)	(69.021)	(42)	(368)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	422	480	422	480	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(66.087)	(284.280)	(66.041)	(283.503)	(46)	(777)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Ganho na alienação de ações em tesouraria	(15.553)	3.488	(15.553)	3.488	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	486.835	1.255.262	243.668	1.020.710	243.167	234.552
Pagamento de empréstimos e juros	(354.026)	(733.847)	(159.347)	(559.262)	(194.679)	(174.585)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(108.112)	(128.534)	(102.315)	(122.096)	(5.797)	(6.438)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	9.144	396.369	(33.547)	342.840	42.691	53.529
Variação cambial s/caixa e equivalentes de caixa	1.578	2.616	1.578	2.616	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(29.141)	386.411	(23.675)	399.175	(5.466)	(12.764)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	624.717	374.219	590.526	339.838	34.191	34.381
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	595.576	760.630	566.851	739.013	28.725	21.617

30 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

Receita líquida por região geográfica	Consolidado	
	30/09/14	30/09/13
Brasil	1.996.568	2.339.528
África	66.095	47.706
Austrália	198.418	213.016
China	45.952	32.401
Rússia	356	772
México	157.556	103.663
	<u>2.464.945</u>	<u>2.737.086</u>

Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica	Consolidado	
	30/09/14	31/12/13
Brasil	430.583	366.894
África	11.380	12.244
Austrália	137.180	137.933
Canadá	69.043	69.551
China	3.631	4.021
Ilhas Virgens	-	1
México	14.828	15.365
Rússia	2	4
Uruguai	44	42
	<u>666.691</u>	<u>606.055</u>

* * *